

Na raiz de tudo

Como já acontecera com o crescimento econômico dos anos 70, a queda da inflação conseguida pelo Plano Real não produziu correção significativa da desigualdade de renda: os 10% mais ricos ganham ainda 24 vezes mais que os 40% mais pobres. Deixamos de ser um país economicamente subdesenvolvido, mas continuamos com uma distribuição de renda pior que a verificada em países de pobreza generalizada, como Bangladesh, Quênia e El Salvador. E tudo indica que assim permaneceremos, enquanto os frutos do crescimento não forem usados na promoção do bem-estar da sociedade.

Em primeiro lugar, para reduzir a desigualdade dos níveis de educação. Porque, de fator de disparidade salarial agora, ela será em breve e crescentemente fator de desemprego: no mercado competitivo deste final de século vencerá quem mais dispuser de capital humano qualificado pela educação. Não é difícil estabelecer a correlação entre a falta de escolaridade básica na força de trabalho e o quase nulo progresso na distribuição de renda. Pelos dados de 1991 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 34,8 milhões de chefes de família do país, 24,4% não tinham instrução alguma, ou possuíam menos de um ano de escolaridade; 4,5% tinham um ano

completo; e 14,48%, entre dois e três anos.

A escola básica atende pouco às classes mais pobres porque atende mal. A solução política desse problema está sendo bem encaminhada pela atual gestão do Ministério da Educação, com as reformas e programas para o fortalecimento do ensino fundamental e para a valorização do magistério. Mas o trabalho do MEC não é tudo; nem pretende ser. Tem-se limitado ao essencial. Isto é: fazer acontecer, quer se trate da obrigação imposta ao poder local, de empregar no ensino fundamental 60% dos recursos vinculados à educação, quer se trate do compromisso com o reforço salarial do magistério.

**A escola básica
atende pouco
às classes mais
pobres porque
atende mal**

Que os governos locais, porém, não vejam nesta última inovação um reforço ao apadrinhamento político: deve estar na escola, não quem o prefeito nomeou, mas quem se qualificou. Para garantí-lo, nada melhor que incentivar pais e responsáveis a serem os primeiros fiscais da escola — com presença